



MANUAL DE BOAS PRÁTICAS E
BEM-ESTAR ANIMAL NO TURFE

Plano de boas práticas para entidades turfísticas

Henrique dos Reis Noronha

Giovana Mancilla Pivato

Novembro/2022

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA
Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação

MANUAL DE BOAS PRÁTICAS E
BEM-ESTAR ANIMAL NO TURFE

Plano de boas práticas para entidades turfísticas

Missão do Mapa:

*Promover o desenvolvimento sustentável
das cadeias produtivas agropecuárias,
em benefício da sociedade brasileira*

Brasília
MAPA
2022

Todos os direitos reservados. Permitida a reprodução parcial ou total desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial. A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens desta obra é do autor.

1ª edição. Ano 2022

Elaboração, distribuição, informações:

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação

Departamento de Apoio às Cadeias Produtivas

Coordenação de Boas Práticas e Bem-Estar Animal

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco D - andar, Sala 106B

CEP: 70043-900 Brasília - DF

Tel.: (61) 3218-2541

e-mail: turfe.cbpa@agro.gov.br

Coordenação Editorial – Lizie Pereira Buss

Equipe técnica:

Autores: Henrique dos Reis Noronha e Giovana Mancilla Pivato

Co autores: Carlos Eduardo Wayne Nogueira, Gabriela Marocco Raphaelli, Paloma Beatriz Joanol Dallmann, Isadora Paz Oliveira dos Santos, Eliza Moreira Piemolini e Natália Buchhorn de Freitas

Fotografias: Carlos da Silva Freitas, Lucas Borba e Gilvane Marca dos Santos

Diagramação: Vinicius Santos

Revisão de língua portuguesa: Tais G. Morales

Set's de fotografia e filmagem: Jockey Club do Rio Grande do Sul, Rancho Trilha do Sol, Cabanha Dom Braulio e Cabanha Marca dos Santos

Dados Internacionais de catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Nacional de Agricultura – BINAGRI

Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Plano de boas práticas para entidades turfísticas / Henrique dos Reis Noronha, Giovana Mancilla Pivato. Secretaria de Inovação,

il. ; (Manual de boas práticas e bem-estar animal no turfe; 5)

Recurso: Digital

Formato: PDF

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-85-7991-198-9

1. Equino; 2. Boas práticas; 3. Bem-estar animal; 4. Carlos Eduardo Wayne Nogueira; 5. Gabriela Marocco Raphaelli; 6. Paloma Beatriz Joanol Dallmann; 7. Isadora Paz Oliveira dos Santos; 8. Eliza Moreira Piemolini; 9. Natália Buchhorn de Freitas; I. Manual de boas práticas e bem-estar animal no turfe; II. Título.

AGRI 5100

*“Por falta de um prego, perdeu-se uma ferradura.
Por falta de uma ferradura, perdeu-se um cavalo.
Por falta de um cavalo, perdeu-se um cavaleiro.
Por falta de um cavaleiro, perdeu-se uma batalha.
E assim, um reino foi perdido. Tudo por falta de um prego.”*

George Herbert

Apresentação



Plano de boas práticas para entidades turfísticas

Este manual é o último de uma série de cinco manuais que são parte da consultoria em BOAS PRÁTICAS E BEM-ESTAR ANIMAL NO TURFE, visando à elaboração de estudos técnicos e preparação de materiais informativos sobre o condicionamento e manejo de equinos na atividade turfística, em apoio técnico à Coordenação de Boas Práticas e Bem-Estar Animal (CBPA/DECAP/SDI/MAPA) no programa de “Modernização da gestão estratégica” do MAPA para aperfeiçoar as políticas públicas de promoção do desenvolvimento sustentável, segurança alimentar e competitividade do agronegócio, neste caso específico.

Nestes manuais, abordaremos de forma objetiva aspectos que precisam ser considerados para a viabilidade técnica das entidades turfísticas, conforme estabelece a Instrução Normativa 02/2021, dando total atenção às boas práticas, ao bem-estar e a saúde única.

Cabe ainda salientar que a referida Instrução Normativa aporta um novo elemento à atividade turfística, que é o “autocontrole”. Para isso, é necessário que a entidade passe por um processo de maturação e capacitação e elabore um plano de boas práticas da instituição.

Para auxiliar na construção deste plano e na compreensão das boas práticas, utilizamos a mesma divisão de conteúdos utilizados para referida Instrução Normativa, que são eles:

1. Boas práticas para uma boa alimentação
2. Boas práticas para uma boa saúde
3. Boas práticas para um bom alojamento
4. Boas práticas para um comportamento adequado

Também contemplamos neste manual algumas instruções de suma importância para a elaboração do plano de boas práticas das entidades turfísticas, baseado na metodologia PDCA.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Henrique R. Noronha
Médico Veterinário

Introdução



O turfe está entre os esportes equestres de maior relevância e com grande referencial histórico e cultural em nosso país, gerando emprego e renda em praticamente todos os estados da Federação.

Como todos os esportes equestres, o Turfe também passa por uma fase de evolução, tanto com relação a performance, quanto com relação a visão que a sociedade tem do mesmo.

Todo esporte equestre precisa cumprir diversos requisitos legais para seu funcionamento, mas sobre tudo isso há ainda uma licença mais complexa, o que chamamos de “licença social para operar”, que é uma concessão que determinada sociedade está ou não disposta a dar para certos esportes equestres.

Qualificar o turfe é um grande desafio e que precisa do engajamento de todos os “atores” deste cenário, com comprometimento, muito estudo e, sobretudo, com a compreensão de que o ator principal desta obra é o cavalo, e é a ele que devemos toda a nossa dedicação e respeito.

Neste quinto livro vamos tratar da elaboração do plano de boas práticas para a entidade turfística. Este plano, muito além de um documento, é uma proposta de autocontrole e gestão da entidade, imprescindível para a obtenção da viabilidade técnica da mesma, indispensável para o cumprimento da IN02/2022.

O manual aborda os principais aspectos que devem ser considerados na elaboração deste plano, usando a metodologia do PDCA -Plan/Do/Check/Action, também conhecido com Ciclo de Deming, uma metodologia proposta na indústria para os programas de qualidade total, mas que adaptada ao universo do turfe, torna-se uma importante ferramenta.

Cabe salientar que outras metodologias podem ser utilizadas, mas recomenda-se a utilização do PDCA visto seus aspectos de continuidade, que permitem a entidade e seus agentes refazer seus planos continuamente, qualificando o turfe de forma ininterrupta.



Plano de boas práticas para entidades turfísticas



Conforme a Instrução Normativa 02/2021 do MAPA, o plano de boas-práticas é um dos itens necessários para a conquista da viabilidade técnica, que é a capacidade que a entidade precisa demonstrar de autogerenciamento e autocontrole, em especial sobre as boas práticas agropecuárias e de saúde única, que incluem a saúde animal, humana e ambiental, considerando o animal como ser senciente e dotado de necessidades fisiológicas e comportamentais básicas.

A metodologia para a produção deste plano é proposta pela própria entidade, desde que cumpridas as prerrogativas propostas pelo MAPA, que conforme a referida Instrução Normativa são elas:

- A entidade deve manter o plano escrito, descrevendo os procedimentos, critérios e os limites críticos adotados no âmbito das dependências da mesma, garantindo a boa qualidade de vida dos animais alojados, a segurança e a saúde das pessoas e o equilíbrio ambiental;
- O plano deve incluir os procedimentos e as frequências de monitoramento ou verificação, registros dos achados e medidas corretivas, bem como possíveis penalidades a serem adotadas em caso de descumprimento dos limites e procedimentos previstos;
- O plano deve ser validado e aprovado pela diretoria da entidade e pelo médico veterinário responsável técnico da mesma;
- A diretoria da entidade será a responsável pela implementação do plano e por sensibilizar e capacitar todos os profissionais e proprietários envolvidos na atividade, no âmbito da mesma;
- O médico veterinário responsável técnico será o responsável pelo monitoramento do plano e é ele quem deverá manter os registros auditáveis sobre as ocorrências e as notificações emitidas;
- A diretoria deverá disponibilizar equipe suficiente para o apoio às atividades do médico veterinário responsável técnico;
- O plano deverá estar embasado em informações científicas, nos princípios de bem-estar animal e deverá contemplar no mínimo os quatro eixos já explicitados neste manual:
 - 1.** Boas práticas para uma boa alimentação
 - 2.** Boas práticas para uma boa saúde
 - 3.** Boas práticas para um bom alojamento
 - 4.** Boas práticas para um comportamento adequado



A fim de propor uma metodologia que possibilite ao médico veterinário responsável técnico e a entidade um trabalho mais eficiente e que provenha resultados satisfatórios, com registros claros, objetivos e auditáveis, este manual apresenta a metodologia PDCA.

O PDCA é uma metodologia interativa de gestão de processos, organizada de forma cíclica e contínua, usada na indústria para programas de qualidade total, por exemplo, mas que pode ser facilmente adaptada a diversos processos gerenciais.

As letras PDCA significam respectivamente: Plan (Planejamento), Do (fazer), Check (checar, verificar) e Act (agir, ajustar), e devem ser compreendidas nesta ordem mesmo em que estão descritas e de forma contínua.

Este método também é conhecido como Ciclo de Deming, nome do seu criador, Willian Deming, um americano considerado “pai” do controle de qualidade, que desenvolveu este método quando trabalhava no Japão.

Antes de qualquer passo, precisamos entender que se trata de ciclo, que não tem um fim determinado. Tudo deve começar com um bom planejamento e a partir das informações coletadas nesta fase é que colocamos em prática o que foi planejado. Após a execução passamos a avaliação ou checagem e cada avaliação poderá gerar uma ação ou um ajuste, a fim de corrigir falhas, melhorar processos ou solucionar divergências. A partir daí, um novo ciclo se inicia.

Compreendendo as fases do PDCA

Fase 1, PLAN (planejar)

Esta fase deve estar alinhada aos objetivos da instituição, considerando os mais diversos aspectos intrínsecos a atividade, porém alicerçada cientificamente nos parâmetros de bem-estar animal, legislações e normas vigentes.

Nesta fase, precisamos estabelecer os objetivos do ciclo, o caminho que deverá ser seguido e também a equipe que irá compor este trabalho, que deverá ser interdisciplinar, possibilitando uma visão ampla de todos os processos da entidade. É também nesta fase que os métodos que serão utilizados devem ser estabelecidos.

Esta fase é mais delicada e merece a maior atenção, pois é a partir dela que todo ciclo será realizado. Um bom planejamento irá proporcionar melhores resultados, evitar falhas e perdas de tempo desnecessárias nas próximas fases.



Fase 2, DO (fazer)

Este é o momento de colocar o planejamento em prática. Antes de tudo, é importante treinar e qualificar os atores dos diversos processos, para que todos os envolvidos compreendam o método a ser empregado.

Esta fase exige vigilância constante para que o plano não seja desviado.

Fase 3 CHECK (checar, verificar)

Esta é a fase de análise ou verificação de resultados; nesta fase todos os dados levantados precisam ser analisados.

Esta fase pode ocorrer ao mesmo tempo da fase 2, ou posteriormente, conforme foi estabelecido no planejamento. É neste momento que verificamos se os trabalhos estão sendo feitos conforme planejados, ou onde são feitas as análises estatísticas dos dados, a fim de detectar possíveis falhas, erros ou vícios.

Fase 4 ACT (agir, ajustar)

Esta é a fase que encerra o ciclo e onde são tomadas as medidas corretivas, baseadas no que foi verificado.

Corrigidas as falhas encontradas na fase anterior, um novo ciclo deve ser iniciado. Como um ciclo, o planejamento deve ser retomado sempre, para que as práticas se qualifiquem continuamente.

Detalhando a Fase 1 - PLAN

Antes de todo o processo, precisamos montar uma equipe multidisciplinar para realizar um bom planejamento. Uma equipe bem constituída e motivada vai conseguir estabelecer os melhores planos e os métodos mais eficientes. E por ser multidisciplinar, vai conseguir contemplar de forma equânime todos os processos existentes em uma entidade turfística.



Esta é a fase que irá exigir o maior esforço e comprometimento de todos, não só daqueles que compõem a equipe responsável, pois esta fase deve ter espaços reservados

para a ampla participação de todos, a fim de fortalecer a construção dos processos e gerar engajamento.

Vencida esta etapa organizacional da primeira fase, devemos passar a elaboração de fato do planejamento. Para isso precisamos conhecer todos os processos que ocorrem em uma entidade turfística, definir parâmetros e estabelecer os métodos de execução e verificação dos mesmos.

A fim de organizar melhor o planejamento, podemos dividi-lo conforme está posto na Instrução Normativa 02/2021 do Ministério da Agricultura e Abastecimento:

1. Boas práticas para uma boa alimentação
2. Boas práticas para uma boa saúde
3. Boas práticas para um bom alojamento
4. Boas práticas para um bom comportamento

No item I, por exemplo, devemos observar o manejo nutricional e observar a quantidade e a qualidade que os animais ingerem de volumoso e de concentrado, devemos pensar no peso e escore de condição corporal (ECC), devemos pensar também na forma que esta dieta diária é fornecida. E como devem ser as verificações.

Podemos estabelecer uma frequência determinada onde o ECC deverá ser aferido, ou até mesmo uma pesagem periódica dos animais. Verificar também, mesmo que por amostragem, o número de vezes que um animal recebe concentrado diariamente e a quantidade do mesmo, bem como a higiene do cocho e do depósito de rações, e assim sucessivamente.

Todas estas verificações, bem como o padrão de amostragem, devem ser definidas na fase de planejamento, e devem se basear sempre em critérios científicos.

Com relação ao item 2, para o boa saúde, devemos observar desde as questões sanitárias, como acesso e saída de animais com os devidos controles, bem como presença de vetores, incidência de doenças, lesões ou outras ocorrências correlatas, pensando sempre com um conceito de saúde única, que envolva a saúde animal, humana, e ambiental.





Se pensarmos no bloco III “bom alojamento” devemos incluir todas as estruturas físicas da entidade turfística, como cocheiras, pistas, lavatórios (duchas), paddock, vetchek, piquetes ou picadeiros, áreas de treinamento, áreas de descanso, e tantas outras áreas que podem ser elencadas.

Para as cocheiras, é necessário que tenhamos a capacidade de garantir uma boa ventilação, iluminação, higiene, pois tudo isso terá relação direta com o item 4, o bom comportamento, já que é inegável que os animais permanecem a maior parte do tempo encocheirados.

Devemos destacar a atenção à estrutura das cocheiras, quanto ao tamanho, materiais utilizados, iluminação correta, ventilação adequada, bem como a cama utilizada, formato e posição dos cochos de concentrado e água e a forma que o volumoso é disponibilizado, considerando o elevado risco de estresse, bem como de possíveis acidentes ou falhas graves de manejo.

Neste quesito, devemos estabelecer processos de checagem de temperatura do ambiente, de higiene, em especial das camas, da presença de moscas ou outros vetores, da recorrência de comportamentos estereotipados ou conflituosos, e assim por diante.

Em locais de clima quente, a atenção precisa ser redobrada, em especial com a manutenção do conforto térmico e com a ventilação do ambiente.

Outros pontos críticos, como pista, podem gerar reflexos tanto para o bom comportamento, como para a boa saúde, por exemplo. Nesta área, temos que dividir em dois momentos básicos: o momento da competição e o momento dos treinos. Focando apenas na competição, devemos atentar a qualidade do partidor e dos seus operadores, no treinamento prévio dos animais e dos ope-





radores, da qualidade do piso, principalmente da susceptibilidade às intempéries, do cercamento e da segurança das demais estruturas de contenção, entre outras.

Para cada um dos itens mencionados acima, ainda devemos definir a periodicidade de manutenção e de verificação, as possibilidades de acidentes ou incidentes e as possibilidades de reparos emergenciais ou intervenções preventivas que garantam a segurança dos usuários.

Ainda pensando apenas na pista, façamos um pequeno exercício: a equipe ao fazer o planejamento definiu que a pista de areia deve ser rastelada diariamente, antes do horário de treino, em dias secos, e posteriormente a mesma deve ser inspecionada visualmente antes do treino, sendo registrado qualquer imperfeição significativa, como depressões, buracos, elevações no piso da mesma e ainda imperfeições, rachaduras, pontos de quebra ou fissura no cercamento ou nas divisórias das raia.

Para cada um destes itens, devemos planejar também as ações, sejam elas de reparo, de interdição, de isolamento de determinada área, e assim sucessivamente, visando a qualificação dos processos, sempre com vistas ao bem-estar animal e a segurança de qualidade de vida dos animais e dos operadores, sejam eles treinadores, jockeys, veterinários ou outros.

Devido a intensidade dos exercícios e as características do próprio esporte, é de extrema importância a atenção com o piso das pistas. Tanto o material utilizado como a manutenção





das mesmas devem ser constantemente observados, e todo e qualquer evento adverso deve ser devidamente registrado, a fim de prevenir novos acidentes. Por exemplo, dois acidentes ocorridos em um determinado local na pista, pode ser um indicativo de falha no piso da mesma e precisa ser imediatamente avaliado, a fim de evitar um terceiro acidente.

Os espaços dedicados ao “vet check” bem como o paddock também merecem atenção, pois trata-se de espaços utilizados nos momentos prévios à corrida, onde é normal uma maior agitação do ambiente e maior fluxo de animais. Estes espaços precisam estar preparados para evitar possíveis acidentes com os animais ou com os participantes. Em geral, o momento da contenção em brete e o exame clínico são os momentos mais delicados, assim a estrutura deve ser concebida de forma a proporcionar maior segurança possível, e qualquer ocorrência que coloque em dúvida a segurança precisa ser registrada, a fim de buscar a prevenção de maiores problemas.

No paddock também é preciso estar atento a proximidade excessiva entre os animais, que pode gerar comportamentos conflituosos e expor todos a riscos graves.

As questões climáticas também precisam ser consideradas tanto para treinos como para corridas. Registros climáticos claros e objetivos podem ser importantes na prevenção de problemas mais graves, como acidentes provocados por problemas na pista decorrente das chuvas, desidratações ou superaquecimento decorrente de temperaturas elevadas, e assim por diante.



Após os treinos ou disputas, normalmente os animais são encaminhados ao banho ou ducha. Nestes espaços é preciso prover pisos antiderrapantes, com boa capacidade de drenagem ou escoamento da água. Também é importante evitar a proximidade excessiva dos animais e espaço suficiente para a circulação destes, provendo segurança aos manejadores.

Alguns animais após as competições devem ser encaminhados para coletas de urina ou sangue para exames antidopagem. Nestes locais, os riscos são semelhantes às áreas de alojamento. No entanto, é preciso estar atento aos riscos de desidratação e hipotensão, que podem ser exacerbados com a coleta de sangue. É preciso atentar também a segurança dos procedimentos de coleta, tanto do operador como do animal, bem como das amostras coletadas.

Ressaltando que até este momento tratamos apenas de um bom planejamento e que ainda restam três fases do ciclo PDCA, DO (fazer), Check (checar/verificar) e Act (agir, ajustar).

Alguns pontos críticos que devem ser considerados no PDCA

Neste capítulo, elencamos diversos pontos críticos comuns à maior parte das entidades turfísticas que devem ser observados. São eles:

Boas práticas para uma boa alimentação

- Todos os animais participantes e residentes no Jockey Club devem ter acesso a água potável, limpa, em quantidade suficiente e em todos locais que circulam;
- Deve ser feita a oferta de alimentação de qualidade e em quantidade suficiente para suprir as necessidades nutricionais relacionadas a intensidade de trabalho. O ideal é que as refeições sejam divididas em várias porções ao longo do dia (24h) e que a dieta seja majoritariamente constituída por volumoso;
- Os animais não devem receber alimentação muito próximo ao horário dos treinos e competições, sendo necessário algumas horas de intervalo entre o exercício e o trato. O indicado é que se aguarde em torno de 3 horas após a refeição para trabalhar o cavalo e pelo menos 1 hora após o exercício para a próxima refeição.



Boas práticas para uma boa saúde

- O Jockey Club deve contar com ambulatório/enfermaria e ferraria, com equipe capacitada e os locais devem ser devidamente identificados, a fim de atender as necessidades que possam surgir, como em casos de acidentes, perda de ferradura, entre outros;
- Deve-se ter à disposição espaços próprios para banhar os animais, com piso adequado, que evite acidentes por desliz e com escoamento de água, evitando formação de poças;
- As raias devem ser niveladas periodicamente e revisadas antes das corridas, e, sempre que possível, nos intervalos entre os páreos, para que o solo esteja adequado para a passagem dos animais, auxiliando na prevenção de acidentes;
- Em relação aos treinos e competições, antes dos mesmos deve ser realizado o aquecimento dos animais, a fim de evitar lesões que possam comprometer a saúde do cavalo e causar acidentes;
- Em locais de clima quente, realizar treinos e corridas preferencialmente em horários de menor incidência solar e de temperaturas mais brandas;
- Após os exercícios, é importante que se banhe o cavalo, facilitando o resfriamento do corpo e removendo o suor, promovendo relaxamento ao animal;
- Antes de cada corrida, todos os animais participantes devem ser avaliados física e clinicamente por médicos veterinários associados ao Jockey Club, a fim de que se retire da competição animais que não se apresentem aptos a correr, seja por lesões, questões sanitárias, alterações fisiológicas ou comportamentais. A partir dessa avaliação, não deve ser permitida a participação de animais que apresentem dor, injúrias como ferimentos, claudicação ou qualquer outro sinal a ser julgado pelo profissional responsável;
- O ferrageamento deve ser avaliado pelo ferrador responsável quando os animais forem submetidos ao exame de identidade;
- Durante treinos e competições é essencial que uma equipe veterinária acompanhe o trabalho próximo à pista para dar devida assistência caso ocorra algum tipo de intercorrência;



- Não devem ser administradas substâncias com a finalidade de alterar o desempenho do cavalo em competição, ou ainda, com o intuito de mascarar ou retirar condições de saúde que impediriam sua participação no evento;
- Todos os animais que adentram as dependências do Jockey Club devem apresentar a carteira de vacinação, contemplando pelo menos as vacinas contra influenza, tétano e ainda devem ser apresentados junto à entrada do animal no Jockey Club os exames negativos e dentro da validade para Anemia Infecciosa Equina e Mormo;
- Animais feridos antes, durante ou após a prova deverão ser imediatamente atendidos por uma equipe especializada composta por médicos veterinários;
- Situações onde o animal não pode ser deslocado sem gerar sofrimento adicional, o médico veterinário responsável poderá realizar a eutanásia no local.



Boas práticas para um bom alojamento

- É importante que, sempre que possível, os locais destinem uma área à recreação dos animais, como piquetes ou pistas cercadas, onde os animais possam expressar seu comportamento natural, como despojar, deitar e correr;
- Os locais de permanência devem garantir uma área mínima de 12m², respeitando o espaço individual de cada animal, para que se possibilite o mínimo de expressão comportamental natural da espécie;
- Deve-se garantir que, mesmo dentro de baias, os animais tenham contato visual entre si, como forma de buscar reduzir o estresse, como podemos observar nas imagens;
- É importante, também, que animais em confinamento por mais de 12 horas, saiam em passeios com a maior frequência possível, sendo necessário, no mínimo um passeio de 15 minutos a cada 8 horas;



- Em locais de clima muito quente, deve-se ter disponíveis formas de manter o conforto térmico (5°C a 25°C) dos animais em situações necessárias, como banhos de aspersão ou ventilação mecânica;
- Todos os locais de permanência dos animais devem fornecer segurança aos mesmos e às pessoas, evitando fugas, brigas, lesões e outros acidentes.

Boas práticas para um bom comportamento

- Os tratadores devem ter conhecimento sobre o comportamento dos equinos e um entendimento básico sobre bem-estar; devem ser pessoas tranquilas, que saibam lidar com indivíduos de diferentes temperamentos e que, acima de tudo, respeitem os animais;
- Para promover entretenimento e reduzir o ócio dentro das cocheiras, pode-se utilizar alguns objetos interativos, como essas bolsas com feno, por exemplo;
- O treinamento deve-se ter como princípio o respeito ao comportamento natural da espécie, devendo sempre ser conduzido de forma tranquila, sem que haja qualquer tipo de agressão física ou verbal ao animal, baseando-se em métodos de reforço positivo;
- Deverá ser coibido o excesso de estímulo por meio do uso de chicotes durante treinos e competições.

Procedimentos para implantação das demais fases do PDCA

As verificações devem ocorrer por meio de inspeção periódica para cada item determinado como ponto crítico ou ponto de verificação. A periodicidade destas verificações é estabelecida uma a uma, de acordo com a especificidade de cada ponto, assim, determinados pontos poderão ser inspecionados diariamente, outros semanalmente, outros mensalmente ou até mesmo com outras periodicidades, se assim os avaliadores, baseados em critérios técnicos e científicos, decidirem.

Pontos críticos de maior risco ou de maior suscetibilidade a problemas, ou variabilidade normalmente exigem inspeções mais frequentes, enquanto outros mais estáveis, menos suscetíveis a variações, podem ser avaliados com maior periodicidade, ressaltando que estas decisões devem sempre estar respaldadas por critérios técnicos e científicos.

É importante que os pontos de verificação e os critérios estabelecidos sejam claros e objetivos, fazendo com que a avaliação represente em seus resultados a expressão real das ocorrências, independente de ações e interações humanas, em especial dos avaliadores.

Para cada verificação, é necessário um registro também claro e objetivo como os critérios. São estes registros que permitirão a avaliação pormenorizada de cada situação, para através deles, propor mudanças, planos de prevenção, correções e outras situações que venham a qualificar o bem-estar dos animais e o funcionamento da entidade.

É importante destacar que todos estes registros devem ser auditáveis, ou seja, precisam ser armazenados de forma organizada, para que possam ser verificados e auditados a qualquer momento. Estes registros podem ser feitos de duas formas básicas: primeiro e possivelmente mais prático, no Livro de Ocorrências do RT, e segundo, em documento específico, podendo ser em forma de “check list” ou outra forma que o RT estabelecer.

Cabe salientar que todas as verificações, bem como os pontos críticos são dinâmicos, e devem ser reavaliados constantemente, podendo ser excluídos, alterados ou acrescido de novos itens, a qualquer tempo, baseando-se em critérios técnicos e com o objetivo de qualificar as avaliações, sempre deixando claras as justificativas para exclusão de alguma verificação.

Todos estes registros devem ser escritos ou digitais e devem primar pela segurança e proteção dos dados.

Uma equipe multidisciplinar, coordenada pelo veterinário responsável técnico deve estabelecer os pontos críticos, os critérios, a periodicidade e as formas de avaliação, e esta comissão deve, periodicamente, reavaliar todo o plano, para que o mesmo se mantenha sempre atualizado e alinhado com o avanço da entidade.

As verificações precisam contemplar toda a entidade turfística, tanto no dia a dia quanto nos dias de competição, assim como todos os animais, mesmo aqueles transitórios; assim, todos os registros poderão compor uma base de dados sólida e eficiente.

Entender o plano como um processo contínuo de qualificação do turfe, através da melhoria das entidades que o compõem é um compromisso a ser perseguido por todos!

Conclusão

É de suma importância a multidisciplinaridade da equipe que irá produzir tal plano; só assim e com o engajamento de toda a entidade será possível produzir um plano eficiente e capaz de trazer melhorias para a mesma e para o turfe como um todo.

Cabe ressaltar que o plano não se constrói ou se sustenta por si só, e sim, através dos diversos atores que compõem o cenário do turfe brasileiro. São estes que detêm o compromisso da elaboração e, principalmente, da execução deste plano.

Como já destacado no início deste manual, o “autocontrole” exige maturidade e dedicação, mas é uma ferramenta dinâmica, que proporciona às entidades uma grande liberdade, mas com muita responsabilidade!

E por fim, sendo este o último desta série de cinco manuais, ressaltamos que todos os pontos abordados aqui referem-se a maior parcela das entidades turfísticas, ou pelo menos, a média destas, porém muitos aspectos podem não ter sido mencionados, principalmente aspectos regionais e culturais que merecem ser contemplados.

Conclusão



Qualquer que seja o método escolhido para a construção do plano de boas práticas é imprescindível que seja elaborado por uma equipe multidisciplinar e que permita a ampla participação de todos os atores da referida entidade, para que todos os aspectos necessários sejam contemplados.

Estes manuais não têm a pretensão de esgotar todos os assuntos pertinentes ao bem-estar ou a qualidade de vida dos cavalos de corrida, nem todos os pormenores de uma entidade turfística, mas sim, de levantar pontos que precisam ser observados com total atenção.

A qualidade de vida e o bem-estar dos cavalos é imprescindível para a sustentabilidade do turfe nacional, e esta responsabilidade precisa ser compartilhada com todos os profissionais, proprietários e dirigentes, para que isso se torne o principal argumento em defesa deste esporte.

Como já posto reiteradas vezes ao longo deste trabalho, toda a atenção, todo o conhecimento, todo o carinho, deve ser direcionado ao ator principal deste cenário: o CAVALO!

“Por falta de um prego, perdeu-se uma ferradura. Por falta de uma ferradura, perdeu-se um cavalo. Por falta de um cavalo, perdeu-se um cavaleiro. Por falta de um cavaleiro, perdeu-se uma batalha. E assim, um reino foi perdido. Tudo por falta de um prego.” George Herbert

Bibliografia

- RYAN, S.; BACON, H.; ENDENBURG, N.; HAZEL, S.; JOUPPI, R.; LEE, N.; SEKEL, K.; TAKASHIMA, G. **Diretrizes para o Bem-Estar Animal da WSAVA**. 2020. Disponível em: <<https://wsava.org/wp-content/uploads/2020/01/WSAVA-Animal-Welfare-Guidelines-2018-PORTUGUESE.pdf>>.
- CAMARGO, Robson. <https://robsoncamargo.com.br/blog/PDCA-significado-melhoria-continua-Saiba-o-que-e> de 26/12/2019.
- SANDER, Carlos. <https://www.revistaferamental.com.br/artigo/ciclo-pdca/> de 10/02/2022.
- Ministério da Infraestrutura <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/porta-da-estrategia/artigos-gestao-estrategica/como-usar-o-ciclo-pdca-para-planejar-com-seguranca> 04/11/2015
- SISCOMEX, GOV.B <https://www.gov.br/siscomex/pt-br/servicos/aprendendo-a-exportar/conhecendo-temas-importantes-1/sistema-appcc-haccp> de 08/03/2022.
- IOMASA, Larissa. <https://blog.fope.com.br/appcc-nas-industrias-de-produtos-de-origem-animal/> de 13/02/2020.
- SILVEIRA, Ana Virginia Marinho. Programa de análise de perigos e pontos críticos de controle, Recife: EDUFRPE, 2012.
- CONSELHO NACIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA. Manual de boas práticas: Sanidade e bem-estar animal em eventos equestres. RS.



MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO

